

DOCUMENTO DE ADVOCACIA

Financiamento da adaptação e atenuação das alterações climáticas nos Estados Insulares Africanos (AIS)



Sob a liderança do Escritório de Coordenação do Desenvolvimento das Nações Unidas (UN DCO) Escritório Regional para a África e dos Coordenadores Residentes das Nações Unidas (RCs), este documento de advocacia foi produzido pelos Economistas dos Escritórios do Coordenador Residente das Nações Unidas (RCOs) em cinco Estados Insulares Africanos (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Maurícia, São Tomé e Príncipe, e Seicheles) e pelo Chefe do RCO e o Economista do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nas Comores.

Maio de 2024

Fotografias: Ben Charafaine, Dário Pequeno Paraíso, Hélio Buba, Stefhram Cardoso e Van Ingen.



Índice

| | | |
|------|---|-----------|
| | Resumo executivo | 3 |
| I. | Introdução | 6 |
| II. | Impactos das alterações climáticas nos Estados Insulares Africanos | 7 |
| III. | Estratégias de adaptação e de atenuação | 9 |
| IV. | Constrangimentos financeiros nos Estados Insulares Africanos | 12 |
| V. | Oportunidades de financiamento externo da luta contra as alterações climáticas para os Estados Insulares Africanos | 13 |
| VI. | Financiamento inovador no domínio do clima | 16 |
| VII. | Conclusão | 17 |



Resumo executivo

Este relatório aborda os profundos impactos das alterações climáticas nos Estados Insulares Africanos (AIS), incluindo Cabo Verde, Comores, Guiné-Bissau, Maurícias, São Tomé e Príncipe e Seicheles. Apesar da diversidade das suas paisagens económicas, estes países insulares partilham obstáculos comuns: economias de pequena escala, recursos fiscais limitados e elevada vulnerabilidade a catástrofes climáticas. Este documento analisa as vias de financiamento existentes, identifica as lacunas financeiras e explora soluções de financiamento inovadoras para aumentar a resiliência climática nestes países.

As AIS estão a enfrentar desafios crescentes decorrentes das alterações climáticas, como o aumento das temperaturas, a subida do nível do mar e fenómenos meteorológicos cada vez mais graves. Estas alterações põem em risco sectores vitais como a agricultura, as pescas e o turismo - a espinha dorsal das suas economias. Os desafios específicos de cada país incluem a escassez de água, a diminuição das terras férteis, a erosão das infra-estruturas costeiras e o aumento dos riscos para a saúde devido a doenças transmitidas por insectos. São também destacadas questões específicas de cada país, desde choques geológicos em Cabo Verde a perdas de biodiversidade nas Maurícias e nas Seicheles, e desde inundações nas Comores à redução da precipitação na Guiné-Bissau, o que intensifica ainda mais as suas vulnerabilidades.

Apesar das suas contribuições limitadas para as emissões globais, as AIS estão a avançar proactivamente com planos de adaptação e mitigação. Estes esforços estão integrados no planeamento nacional, actualizando os Contributos Determinados a Nível Nacional (NDC) com objectivos de atenuação ambiciosos e mudando para soluções de energias renováveis. No entanto, estas acções são significativamente dificultadas por restrições financeiras.

Para atingir os seus objectivos de ação climática, os PEID africanos necessitam coletivamente de mais de 1,1 mil milhões de dólares por ano, mas as realidades de financiamento são insuficientes, com apenas 399 milhões de dólares garantidos em 2020. O panorama financeiro é marcado por uma falta de investimento público global substancial, acesso limitado a empréstimos concessionais - especialmente para países de rendimento médio - e um envolvimento mínimo do sector privado. No entanto, estão a ser explorados modelos de financiamento inovadores, como as obrigações azuis e as plataformas de financiamento ambiental, para mobilizar recursos adicionais.

Destacando inovações, o título azul pioneiro das Seicheles e a plataforma de troca de financiamento azul de Cabo Verde exemplificam novos caminhos para atrair investimentos. Além disso, as trocas de dívida por natureza e as soluções financeiras digitais também estão a ser procuradas para criar fluxos de financiamento sustentáveis. Estas iniciativas pioneiras são fundamentais para aproveitar o capital natural e reforçar a resiliência financeira contra os impactes climáticos.

RECOMENDAÇÕES

Este relatório sublinha a necessidade urgente de um maior apoio financeiro global adaptado às circunstâncias únicas dos PEID africanos. Propõe recomendações accionáveis que se baseiam em iniciativas existentes:

Governos dos PEID africanos

- **Desenvolver planos de adaptação nacionais abrangentes:** Aumentar a resistência aos impactes climáticos integrando estratégias de adaptação abrangentes nos planos de desenvolvimento nacionais. Dar prioridade aos sectores mais vulneráveis às alterações climáticas, como a agricultura, as pescas e as infra-estruturas costeiras.
- **Reforçar os dados e os mecanismos de comunicação:** Melhorar a recolha e a divulgação de dados relacionados com o clima para apoiar a tomada de decisões informadas. Estabelecer quadros sólidos de monitorização e avaliação para avaliar a eficácia das medidas de adaptação e atenuação e para garantir a responsabilização na utilização do financiamento climático.

Agências e parceiros multilaterais e bilaterais

- **Dar prioridade ao financiamento em condições favoráveis:** Aumentar a atribuição de empréstimos e subvenções em condições favoráveis aos PEID africanos, reconhecendo a sua elevada vulnerabilidade aos impactes climáticos, apesar da sua reduzida contribuição para as emissões globais. O apoio deve centrar-se tanto nos esforços de adaptação como de atenuação.
- **Aplicar um Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (IVM):** Adotar o MVI como critério para a atribuição de fundos, a fim de refletir melhor as realidades complexas da vulnerabilidade nos PEID. Esta abordagem tem por objetivo uma distribuição mais equitativa dos fundos, centrando-se nos mais necessitados.

- **Simplificar o acesso a todos os fundos climáticos, incluindo o Fundo Verde para o Clima (GCF):** Simplificar os procedimentos de acesso aos fundos climáticos para reduzir as complexidades burocráticas que atualmente impedem a utilização atempada e eficaz dos recursos. Implementar critérios mais flexíveis que considerem os desafios únicos dos PEID para além dos indicadores económicos tradicionais.
- **Expandir o financiamento baseado em subvenções:** Aumentar a concessão de subvenções em vez de empréstimos para evitar agravar os encargos da dívida dos PEID africanos. Concentrar-se em subvenções que apoiem áreas críticas, como projectos de energias renováveis, obras de defesa costeira e práticas agrícolas sustentáveis.

Sector privado

- **Investir em projectos sustentáveis:** Envolver-se em oportunidades de investimento centradas na sustentabilidade, como as energias renováveis, o turismo sustentável e a agricultura inteligente em termos climáticos. Estes sectores não só oferecem rentabilidade a longo prazo, como também contribuem para a resiliência das economias dos PEID.
- **Ser parceiro em instrumentos de partilha de riscos:** Desenvolver instrumentos financeiros como obrigações verdes, obrigações azuis e outras opções de financiamento misto que possam mitigar os riscos de investimento. Colaborar com governos e agências multilaterais para criar incentivos ao investimento em regiões de alto risco, como os PEID africanos.



I. Introdução

As alterações climáticas surgiram como uma questão determinante e mesmo existencial para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), em particular para os seis Estados Insulares Africanos (AIS) em África: Cabo Verde, Comores, Guiné-Bissau, Maurícias, São Tomé e Príncipe e Seicheles. Estes países são frequentemente mais vulneráveis devido às suas economias frágeis e infra-estruturas deficientes. Apesar de variarem consideravelmente em termos de desenvolvimento económico, desde os Países Menos Desenvolvidos (PMD) até aos Países de Rendimento Médio Alto (PRM), estas ilhas caracterizam-se por bases tributárias e economias de escala limitadas, decorrentes da sua pequena população e de elevados níveis de dívida pública.

O futuro dos AIS depende da capacidade da comunidade internacional para travar as alterações climáticas e da capacidade dos AIS para se adaptarem a elas. A adaptação e a atenuação das alterações climáticas são, por conseguinte, prioridades fundamentais para todos os AIS. No entanto, a questão mantém-se: de onde virá o financiamento?

Este documento de sensibilização procura delinear a situação atual dos AIS no que respeita ao financiamento das alterações climáticas e propor melhorias no financiamento para os preparar para uma contribuição substantiva e ativa para a quarta Conferência dos PEID, agendada para 27 e 28 de maio de 2024 em Antígua e Barbuda.





II. Impactos das alterações

As alterações climáticas representam uma ameaça significativa para os AIS africanos, incluindo Cabo Verde, Comores, Guiné-Bissau, Maurícia, São Tomé e Príncipe e Seicheles. Estes países insulares partilham vulnerabilidades comuns devido às suas circunstâncias geográficas e económicas, tais como a suscetibilidade a choques ambientais e económicos, a elevada exposição a catástrofes naturais e a dependência de sectores como o turismo, a pesca e a agricultura, que são sensíveis aos impactos climáticos.

A subida do nível do mar ameaça diretamente as linhas costeiras sensíveis, as infra-estruturas costeiras e os aquíferos, enquanto a frequência crescente de furacões e ciclones agrava a situação. A alteração dos padrões de precipitação afecta a agricultura de sequeiro e a degradação

Aumento da frequência e da força dos furacões e ciclones

Cabo Verde está a enfrentar choques geológicos e climáticos, incluindo erupções vulcânicas, secas, deslizamentos de terra e inundações. A temperatura média aumentou 0,4 graus Celsius por ano entre 1995 e 2014, levando à redução da precipitação e a eventos extremos de precipitação mais intensos, que afectam negativamente os sectores da agricultura e das pescas.

As perdas económicas directas decorrentes dos choques das alterações climáticas fizeram-se sentir mais diretamente nestes sectores, com o crescimento da produção na agricultura a diminuir 3,1% devido à diminuição da precipitação e 4,1% devido às secas.

Aumento do nível do mar e da temperatura

A Maurícia e as Seicheles enfrentam desafios significativos devido às alterações climáticas, incluindo a subida das temperaturas, a subida do nível do mar, fenómenos meteorológicos extremos e a perda de biodiversidade, que agravam as vulnerabilidades em sectores como a agricultura, o turismo, as infra-estruturas e a saúde pública. As Maurícias observaram um aumento da temperatura média em todas as estações a uma taxa de 0,15°C por década, resultando num aumento global de 0,74 - 1,2°C. Nas Seicheles, a subida do nível do mar representa uma ameaça significativa para as infra-estruturas costeiras, as fontes de água doce e os ecossistemas, devido ao aumento da erosão, da inundação e da intrusão de água salgada.

climáticas nos Estados Insulares Africanos

dos ecossistemas marinhos, devido ao branqueamento dos corais e à acidificação dos oceanos com o aumento da temperatura do mar, ameaça a pesca. Esta situação resulta não só numa redução das terras disponíveis para a população, mas também das áreas adequadas para a agricultura, o que representa um risco significativo para a segurança alimentar, os meios de subsistência das populações dependentes da agricultura e a economia. Além disso, as doenças transmitidas pela água e por vectores aumentam com o aquecimento climático, exercendo uma pressão adicional sobre os seus frágeis sistemas de saúde.

Estão ativamente em curso esforços de adaptação e mitigação em toda a AIS para enfrentar os desafios multifacetados colocados pelas alterações climáticas. Estes esforços incorporam uma estratégia holística que engloba reformas políticas, programas de desenvolvimento sustentável e parcerias internacionais. O objetivo global é atenuar as suas vulnerabilidades aos impactes relacionados com o clima, reforçar a resiliência em sectores-chave e fazer a transição para fontes e práticas energéticas sustentáveis, a fim de, em última análise, salvaguardar as suas populações.

VISÃO GERAL¹ DOS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NOS AIS

Alteração dos padrões de precipitação, doenças transmitidas pela água e por vectores

A Guiné-Bissau, com a sua costa predominantemente de planície e ecologicamente sensível, está ameaçada por fenómenos meteorológicos extremos, que conduzem à diminuição da precipitação, à subida das temperaturas, à subida do nível do mar e às inundações e erosão costeiras, que conduziram à salinização que prejudica os aquíferos e os campos de arroz. Estas alterações resultaram numa diminuição dos rendimentos agrícolas, pondo em risco a segurança alimentar e os meios de subsistência das pessoas dependentes da agricultura. Os frequentes fenómenos meteorológicos extremos, como as inundações e as secas, causaram danos nas infra-estruturas e agravaram a pobreza. Além disso, o país enfrenta riscos acrescidos de doenças transmitidas pela água e por vectores devido à alteração das condições climáticas, com impacto na saúde pública.

As Comores enfrentam uma maior variação da precipitação anual, temperaturas mais elevadas e a subida do nível do mar, o que resulta na intrusão de água salgada e na erosão costeira. O país perdeu mais de 30 metros de linha costeira em certas zonas. Estas alterações ameaçam a agricultura, diminuindo o rendimento e a produção das culturas, e afectam a pesca devido à alteração dos ecossistemas marinhos. Os danos causados pelas alterações climáticas excederam provavelmente o valor do PIB das Comores em 2020. A frequência e a gravidade dos riscos climáticos, como os ciclones tropicais, as secas e as chuvas fortes, aumentaram, agravando ainda mais a vulnerabilidade das comunidades e das infra-estruturas locais.

Degradação dos ecossistemas marinhos

São Tomé e Príncipe, por sua vez, viu as suas áreas florestais diminuírem de 60,5% do seu território total em 2010 para 54,7% em 2019, com a desflorestação a conduzir à erosão e à degradação ambiental.

O sector agrícola do país, que constitui um meio de subsistência fundamental para muitas pessoas, foi gravemente afetado, colocando em sério risco a segurança alimentar e nutricional. As alterações induzidas pelo clima também afectaram o sector das pescas, com uma diminuição potencial de 40% das capturas até ao final do século.

1 Dada a sua geografia exposta e a sua vulnerabilidade acrescida, as AIS sofrem um impacto desproporcionado das alterações climáticas, sendo afectadas por muitos dos eventos enumerados no quadro.



III. Estratégias de adaptação e de atenuação

Os AIS apresentam vulnerabilidades variáveis às alterações climáticas, com alguns a enfrentarem riscos mais elevados devido a recursos limitados e a desafios de desenvolvimento. As Comores, a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe estão classificadas como PMD, enquanto Cabo Verde, as Maurícias e as Seicheles têm níveis de desenvolvimento mais elevados e, conseqüentemente, estão equipadas com políticas e mecanismos mais informados para

combater as alterações climáticas. No entanto, todos os seis AIS estão a trabalhar ativamente em estratégias de adaptação e mitigação para reduzir os impactos relacionados com o clima, reforçar a resiliência em sectores-chave e proteger os seus cidadãos. Dão prioridade ao reforço dos sistemas alimentares e à integração da adaptação climática no planeamento nacional através dos processos do Plano Nacional de Adaptação (PNA).



Maurícia e Seicheles: Restaurar os serviços dos ecossistemas marinhos através da reabilitação dos recifes de coral

A Maurícia implementou iniciativas como o projeto “Restoring Marine Ecosystem Services by Rehabilitating Coral Reefs”. Este esforço tem como objetivo restaurar os recifes de coral, cruciais para a biodiversidade e para a redução do risco de catástrofes. Além disso, as Maurícias estão a tomar medidas para gerir os recursos hídricos e atenuar a perda de biodiversidade exacerbada pela diminuição da precipitação, salvaguardando sectores críticos como o turismo e os recursos naturais, que são fundamentais para o PIB e a estabilidade económica do país. Do mesmo modo, as Seicheles estão a realizar projectos para restaurar os recifes de coral e proteger as pradarias de ervas marinhas, vitais para a biodiversidade e para a redução do risco de catástrofes, a par de ambiciosos objectivos de atenuação para reduzir substancialmente as emissões de gases com efeito de estufa através de objectivos renovados de NDC. As Seicheles comprometeram-se a proteger 100% das suas ervas marinhas, reconhecendo o seu significativo potencial de sequestro de carbono, cerca de 35 vezes mais rápido do que as florestas tropicais.



Guiné-Bissau: Integrar a resiliência climática no planeamento nacional e nas políticas sectoriais através do PAN

A Guiné-Bissau estabeleceu um processo de PNA para integrar a resiliência climática no planeamento nacional e nas políticas sectoriais. Esta iniciativa dá ênfase à agricultura e ao turismo, reconhecendo a sua importância económica e a sua suscetibilidade aos impactos climáticos. O país também actualizou a sua NDC, comprometendo-se a reduzir em 30% as emissões de gases com efeito de estufa até 2030, com assistência internacional. Este compromisso alinha-se com uma visão de desenvolvimento de baixo carbono e resistente ao clima, enfatizando a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. Além disso, a Guiné-Bissau dá prioridade ao reforço da resiliência das zonas costeiras através de projectos financiados pelo Fundo para os Países Menos Desenvolvidos do GEF, destinados a melhorar as capacidades de adaptação das comunidades e dos ecossistemas.



Apesar da sua contribuição mínima para as alterações climáticas globais, as emissões per capita nos países AIS podem ser elevadas devido à dependência dos combustíveis fósseis. Por conseguinte, estabeleceram objectivos de atenuação ambiciosos nas suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), com metas que vão desde uma redução de 27% dos gases com efeito de estufa em São Tomé e Príncipe até 84% nas Comores, visando reduções significativas até 2030.

Os Estados Insulares Africanos estão a enfrentar as graves ameaças das alterações climáticas através de estratégias holísticas, com o objetivo de assegurar o seu futuro e fortalecer os sectores económicos chave.



São Tomé e Príncipe: Melhorar o PAN para reforçar a resiliência contra os impactos das alterações climáticas e rever o NDC para alcançar uma redução de 27% das emissões até 2030

São Tomé e Príncipe exemplifica este compromisso através de uma abordagem dupla de estratégias de adaptação e de atenuação. O país está preparado para reforçar a sua resiliência climática através do próximo Plano Nacional de Adaptação (PNA), destinado a aumentar a capacidade de planeamento e execução da adaptação climática. No domínio da atenuação, São Tomé e Príncipe reviu a sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), comprometendo-se a reduzir as emissões em 27 % até 2030. Este objetivo ambicioso inclui aumentos substanciais na produção de energias renováveis e a descarbonização do sector dos transportes. Além disso, o país dá prioridade ao reforço da capacidade de adaptação das comunidades costeiras vulneráveis com o apoio de projectos financiados pelo Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), centrados em sistemas de alerta precoce e defesas costeiras. No entanto, as restrições financeiras colocam desafios significativos, com o plano de implementação do NDC a carecer de financiamento para o seu orçamento de 150 milhões de dólares e o sector ambiental a receber apenas 1% do orçamento do Estado. Reconhecer a vulnerabilidade de sectores vitais como a agricultura, os recursos hídricos e as zonas costeiras.



Comores: Reforçar a resiliência do sector agrícola, uma pedra angular do PIB e vital para os meios de subsistência

As Comores estão a concentrar-se estrategicamente no reforço da resiliência do seu sector agrícola, uma componente fundamental do seu PIB e vital para a manutenção dos meios de subsistência. Projectos como o “Reforço da Resiliência dos Sistemas Agrícolas e Cadeias de Valor Inteligentes face ao Clima” visam promover práticas inteligentes face ao clima e uma melhor gestão dos riscos climáticos. Além disso, as Comores também se comprometeram com objectivos ambiciosos de redução das emissões de gases com efeito de estufa, prevendo-se uma redução de 84 % até 2030. Para tal, é necessário um investimento estimado em 675 milhões de dólares, o que sublinha a necessidade de um investimento substancial e de um financiamento inovador para integrar a ação climática no desenvolvimento socioeconómico. Além disso, o país está a desenvolver esforços de reflorestação, plantando 1,4 milhões de árvores, e a melhorar a gestão dos recursos hídricos para atenuar os riscos climáticos, reconhecendo os impactos significativos na agricultura, nas pescas e na economia em geral.



Cabo Verde: Dar prioridade à resiliência económica através do Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

Cabo Verde está a dar prioridade à resiliência económica através do seu Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. Isto inclui medidas para gerir a vulnerabilidade à diminuição da precipitação e ao aumento das secas no sector agrícola. Estão também em curso esforços para salvaguardar o sector das pescas e aumentar a resiliência contra choques geológicos e climáticos. Além disso, Cabo Verde está a abordar o nexo água-energia, garantindo a disponibilidade de água através de soluções de dessalinização energeticamente eficientes para apoiar as famílias e os sectores económicos vulneráveis.

IV. Constrangimentos financeiros nos Estados Insulares Africanos

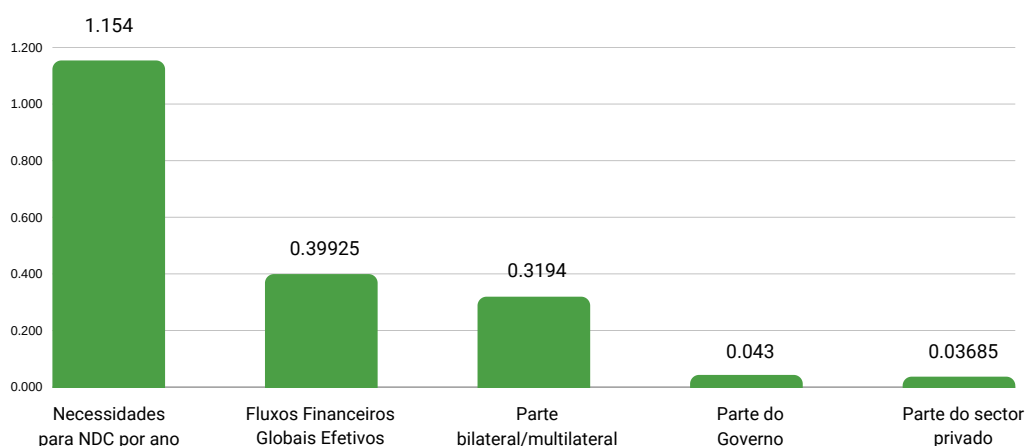
Com base nos seus NDC, a implementação das prioridades climáticas para a AIS exigirá mais de 1,1 mil milhões de dólares por ano. No entanto, em 2020, apenas foram mobilizados 399 milhões de dólares de várias fontes, o que representa uma média de 2,6% do seu PIB. Apesar das variações entre os países, o financiamento climático não correspondeu à crescente vulnerabilidade e aos danos causados pelas alterações climáticas.

As economias dos AIS, predominantemente pequenas e dependentes de sectores oceânicos como o turismo e as pescas, captam apenas uma fração mínima do valor acrescentado da cadeia de valor global dos oceanos². A limitação dos mercados de capitais e a fragilidade do sector privado nacional restringem ainda mais os fluxos de financiamento do clima provenientes do sector privado. Enfrentam restrições significativas na mobilização de financiamento adequado para o clima devido ao espaço fiscal limitado para um investimento efetivo na adaptação e mitigação. O seu peso médio da dívida excede o do AIS global médio em 74,2%³, com valores que variam entre 112% do PIB em Cabo Verde e 32,7% nas Comores. Entre estes países encontram-se São Tomé (91% do PIB), as Maurícias (80% do PIB)

e a Guiné-Bissau (80% do PIB). Os custos do serviço da dívida consomem uma grande proporção das receitas do governo, impedindo o investimento em prioridades críticas informadas sobre o clima para alcançar os ODS. A capacidade de gerar receitas internas através da tributação não é a melhor e varia entre os seis AIS, desde 19% do PIB nas Maurícias até 9,5% do PIB na Guiné-Bissau. Os custos do serviço da dívida representam, em média, 59% das receitas do Estado e 38% das despesas fiscais⁴. Esta situação dificulta a capacidade de investimento no desenvolvimento social, na transformação estrutural das economias e nas acções climáticas (fig. 1).

O investimento público e os sistemas de financiamento são atualmente insuficientes para atenuar os efeitos das alterações climáticas. Em 2020, as contribuições globais para o AIS representaram menos de 10% do financiamento climático registado, totalizando 43 milhões de dólares. O financiamento multilateral e bilateral do desenvolvimento domina os fluxos de financiamento do clima, constituindo mais de 88% do financiamento em 2020⁵. No entanto, a composição dos instrumentos de financiamento é notoriamente desequilibrada, com acesso limitado ao financiamento

Figura 1: Financiamento Climático para os PEID Africanos em Dólares Americanos (milhões)



2 OCDE (2020) Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries.

3 UN-OHRLLS, Financiamento do desenvolvimento dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, 2022

4 Cálculos baseados na base de dados Debt Service Watch 2023

5 Cálculos efectuados com base nas bases de dados da Climate Policy Initiative (CPI).

concessional - empréstimos ou subvenções oferecidos em condições mais favoráveis do que os empréstimos de mercado - para AIS de rendimento médio como São Tomé e Príncipe⁶, Cabo Verde, Maurícias e Seicheles. A sua composição financeira também mostra variabilidade: 63% em subvenções e 36% em dívidas⁷. A proporção de investimento em ações continua a ser marginal.

Mais de 38% das dívidas são em condições não-concessionais (empréstimos com taxas de juro ao nível do mercado e períodos de carência mais curtos), com implicações para a sustentabilidade do seu já pesado fardo de dívida. A Ajuda ao Desenvolvimento Ultramarino (AOD) para os AIS de rendimento médio como Cabo

Verde diminuiu substancialmente, caindo de 11,4% do PIB em 2015 para 6,6% em 2022⁸. O investimento direto estrangeiro (IDE) continua a ser insuficiente, com os AIS a atraírem uma parte menor em comparação com os seus pares. Entre 2012 e 2022, asseguraram uma média de 4% de IDE em percentagem do seu PIB, em contraste com 15% para todos os AIS⁹.

Entretanto, as remessas estão a tornar-se uma fonte cada vez mais vital de financiamento privado, especialmente devido às suas grandes populações em diáspora. Estão em curso esforços para aproveitar e otimizar o potencial dos recursos da diáspora, com o objetivo de diversificar e aumentar as fontes de financiamento para investimentos em alterações climáticas.

V. Oportunidades de financiamento externo da luta contra as alterações climáticas para os Estados Insulares Africanos

Para satisfazer as suas necessidades de investimento em adaptação e atenuação, os AIS necessitam de um aumento significativo do financiamento global do clima (GCF), adaptado aos seus contextos específicos. Embora o GCF tenha aumentado substancialmente, atingindo cerca de 1,3 biliões de dólares anuais entre 2021 e 2022, contra 653 mil milhões de dólares entre 2019 e 2020, a sua distribuição tem-se concentrado em grande medida no financiamento da mitigação¹⁰, e num pequeno número de países - Brasil, China, Europa, Índia, Japão e EUA, que receberam coletivamente 90% dos fundos¹¹. Dado o elevado nível de dívida pública nos países AIS, os

empréstimos em condições favoráveis e as subvenções são cruciais para apoiar os seus investimentos na adaptação às alterações climáticas.

Atualmente, estes instrumentos representam apenas 11% e 5% do total do GCF, respetivamente - um forte contraste com os empréstimos a taxas de mercado, que representam 53%¹². Existe, no entanto, um potencial significativo para as partes interessadas bilaterais e multilaterais que operam em África, incluindo os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD)¹³ e os fundos multilaterais para o clima (MCF)¹⁴, mobilizarem

6 Embora STP deixe de ter o estatuto de PMA em dezembro de 2024, o país é classificado como um país de rendimento médio inferior por alguns parceiros de desenvolvimento. Por conseguinte, o país é suscetível de beneficiar de financiamentos concessionais limitados.

7 Cálculos baseados na base de dados do ODI

8 <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-data/>

9 Cálculos baseados na base de dados UNCTAC

10 O financiamento da mitigação representa 91% do financiamento global total, enquanto o financiamento da adaptação representa apenas 9%. A adaptação é, sem dúvida, uma prioridade nos AIS africanos, uma vez que estes contribuem menos para as alterações climáticas, mas são mais vulneráveis aos seus impactos.

11 Iniciativa para a Política Climática (2023). Global Landscape of Climate Finance 2023. novembro de 2023. <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2023/11/Global-Landscape-of-Climate-Finance-2023.pdf>

12 Idem.

13 Banco Africano de Desenvolvimento; Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento; Banco Mundial.

14 Fundo Verde para o Clima; Fundo Mundial para o Ambiente; Fundo de Adaptação; Fundo para os países menos desenvolvidos; Aliança Global contra as Alterações Climáticas; Fundo Especial para as Alterações Climáticas; Fundo para as Alterações Climáticas; Programa de Adaptação para a Pequena Agricultura.

recursos adicionais e alavancarem empréstimos e subvenções em condições favoráveis. Os empréstimos concessionais podem ser um desafio, uma vez que são normalmente oferecidos com base no rendimento per capita, limitando potencialmente o acesso de AIS de rendimento médio como São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Maurícias e Seicheles, apesar do seu elevado grau de vulnerabilidade. Para resolver este problema, a implementação de um Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (MVI) poderia substituir o Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita como critério principal, permitindo uma priorização efectiva do financiamento para o reforço da resiliência nos AIS.

Vários parceiros multilaterais alargaram os seus mecanismos de empréstimos concessionais aos AIS de rendimento médio. Por exemplo, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) do Banco Mundial, que tradicionalmente concede empréstimos concessionais a países de baixo rendimento, aumentou nos últimos anos os empréstimos concessionais tendo em conta o critério de pequena dimensão económica ou de incapacidade de acesso ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD). Este é o caso de Cabo Verde que tem beneficiado de estes empréstimos para vários programas, incluindo adaptação e mitigação. Do mesmo modo, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) lançou a Aliança para as Infra-estruturas Verdes em África para oferecer opções de financiamento em condições favoráveis a países com um risco moderado de endividamento.

Para além dos empréstimos em condições favoráveis, é crucial aumentar o financiamento global do clima através de instrumentos baseados em subvenções, especialmente para os países AIS com elevados níveis de dívida pública. Os FCMs têm o potencial de expandir os instrumentos financeiros baseados em subvenções. Embora as MCFs ainda representem apenas 0,5% do total do financiamento público do clima¹⁵, quando se considera a sua contribuição per capita, são actores importantes em países como as Seicheles e São Tomé e Príncipe¹⁶. No entanto, têm frequentemente estruturas de governação e processos de candidatura complexos, o que coloca desafios aos AIS. Para ultrapassar estes desafios, é essencial simplificar os processos de acreditação, reforçar a capacidade humana e técnica e melhorar a disponibilidade de dados climáticos e ambientais. Por exemplo, existem programas relevantes que apoiam processos para reforçar as capacidades relacionadas com o financiamento climático, incluindo o programa de preparação do Fundo Verde para o Clima, do qual Cabo Verde já está a beneficiar.

É necessário adaptar os mecanismos e as medidas existentes aos condicionalismos dos AIS para que estes possam beneficiar plenamente das subvenções dos FCM. A criação de novos mecanismos de financiamento

15 Iniciativa para a Política Climática (2023). Global Landscape of Climate Finance 2023. novembro de 2023. <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2023/11/Global-Landscape-of-Climate-Finance-2023.pdf>

16 Política Internacional (2017). Mapped: Onde os Fundos Multilaterais para o Clima gastam o seu dinheiro. <https://www.carbonbrief.org/mapped-where-multilateral-climate-funds-spend-their-money/>





específicos no âmbito dos FCM para determinados grupos de países, como os AIS, poderia melhorar o acesso sem alterar fundamentalmente os mecanismos estabelecidos. Por exemplo, foi apresentada uma proposta de criação de uma dotação específica para os AIS no âmbito do acesso direto reforçado ao abrigo do Fundo Verde para o Clima. Esta solução resultaria provavelmente num melhor acesso dos AIS a este fundo sem alterar completamente os mecanismos estabelecidos.

Além disso, o financiamento privado pode também desempenhar um papel significativo no apoio aos esforços de adaptação em África. No entanto, as suas contribuições para o financiamento da luta contra as alterações climáticas em África continuam a ser modestas, cerca de 15%, e têm-se concentrado em projectos de atenuação, especialmente no sector da energia¹⁷. Para atrair mais financiamento privado para o clima, será essencial enfrentar os desafios dos riscos mais elevados, dos custos de transação e da dimensão limitada dos projectos para as economias pequenas e vulneráveis. O apoio público dos governos nacionais e das instituições multilaterais, nomeadamente através de opções de financiamento misto, pode ajudar a desenvolver uma reserva de oportunidades bancáveis e a reduzir o risco dos investimentos privados no AIS.

Tanto a quarta Conferência Internacional sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

(PEID4) como a próxima Cimeira do Futuro, em setembro de 2024, constituem oportunidades críticas para os PEID e os MIC africanos juntarem as suas vozes na defesa de reformas da arquitetura financeira internacional. Ao apresentarem uma frente unida, podem pressionar por mudanças que garantam um acesso mais equitativo aos recursos financeiros, uma melhor sustentabilidade da dívida e um maior apoio à ação climática. A defesa colaborativa pode amplificar a sua influência, assegurando que o sistema financeiro global evolui para apoiar melhor os seus objectivos de desenvolvimento sustentável e a resiliência contra choques externos. Para os AIS, as reformas propostas pela ONU defendem um melhor acesso à liquidez através de uma distribuição mais equitativa dos direitos de saque especiais e da criação de um mecanismo multilateral de conversão de divisas, instrumentos de dívida inovadores com cláusulas de contingência estatal para uma melhor sustentabilidade da dívida e um aumento significativo do financiamento da ação climática, com destaque para o financiamento da adaptação. Para os PRM, os benefícios propostos incluem reformas para reduzir os custos dos empréstimos soberanos, uma governação mais inclusiva das instituições financeiras internacionais para reforçar a sua representação, o acesso a acordos de swap multilaterais para fornecer liquidez durante os choques e uma expansão da rede de segurança financeira mundial para gerir melhor a volatilidade económica e os choques externos¹⁸.

17 Iniciativa de Política Climática (IPC). (2022). Landscape of Climate Finance in Africa. Documento preparado por Chavi Meattle, Rajashree Padmanabhi, Pedro de Aragão Fernandes, Anna Balm, Githungo Wakaba, Daniela Chiriac, Bella Tonkonogy e Dharshan Wignarajah. Iniciativa para a Política Climática. 21 de setembro de 2022

18 Nações Unidas (ONU). Resumo de Política da Nossa Agenda Comum 6: Reformas da Arquitetura Financeira Internacional. maio de 2023. <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2023-08/our-common-agenda-policy-brief-international-finance-architecture-en.pdf>

VI. Financiamento inovador no domínio do clima

No meio de um cenário de financiamento climático desafiante e de enormes necessidades, a AIS deve inovar para criar o ambiente propício e os instrumentos inovadores necessários para mobilizar financiamento de novas fontes. Algumas dessas iniciativas estão resumidas abaixo, não como um mapeamento exaustivo, mas sim como uma amostra das melhores práticas. Estes exemplos mostram como os AIS podem aproveitar a sua riqueza natural para mobilizar financiamento à escala para aumentar o seu financiamento das prioridades de desenvolvimento sustentável, incluindo a adaptação e mitigação das alterações climáticas.

i. Um quadro regulamentar para um mercado de obrigações azuis

Em 2018, as **Seicheles** lançaram a primeira obrigação azul soberana do mundo - um instrumento financeiro pioneiro concebido para apoiar projectos marinhos e de pesca sustentáveis. A obrigação, que angariou 15 milhões de dólares de investidores internacionais, demonstra o potencial dos países para aproveitarem os mercados de capitais para financiar a utilização sustentável dos recursos marinhos. As receitas da obrigação incluem o apoio à expansão das áreas marinhas protegidas, a melhoria da governação das pescas prioritárias e o desenvolvimento da economia azul das Seicheles. As subvenções e os empréstimos são concedidos através do Blue Grants Fund e do Blue Investment Fund, geridos, respetivamente, pelo Seicheles' Conservation and Climate Adaptation Trust (SeyCCAT) e pelo Development Bank of Seicheles (DBS).

ii. A primeira plataforma de intercâmbio Blue Finance de sempre

A primeira plataforma de intercâmbio de finanças azuis do mundo, Blu-X, foi criada em **Cabo Verde** em 2021, para catalisar o financiamento privado para os objectivos de desenvolvimento sustentável. A plataforma fornece agora soluções inovadoras de financiamento do desenvolvimento, com foco na economia azul como catalisador da diversificação económica, num país que é 99% oceano. Os resultados desta solução digital

e baseada nos mercados de capitais foram a emissão de várias obrigações azuis sustentáveis, no valor de 35 milhões de dólares até ao final de 2023.

iii. Uma “sala de negociações” para financiamentos inovadores no domínio do ambiente

Em **São Tomé e Príncipe**, entidades governamentais, agências das Nações Unidas, parceiros internacionais, instituições financeiras internacionais e o sector privado reuniram-se para discutir e criar soluções conjuntas para aumentar o financiamento ambiental. O principal resultado foi um roteiro abrangente, com ênfase na parceria, mobilização de recursos e visibilidade internacional. O papel central do sector privado foi destacado, com iniciativas como o Dividendo da Natureza e a produção de carvão vegetal ecológico da ECOBLASA. O roteiro proposto define objectivos a curto e longo prazo, incluindo o financiamento de parques nacionais, gestão de resíduos, pescas, energias renováveis e investimentos em serviços essenciais.

iv. Swaps de dívida por natureza

Em 2017, as **Seicheles** tornaram-se o primeiro país do mundo a realizar com êxito uma conversão da dívida em favor da natureza com o objetivo específico de proteger os oceanos do mundo. A The Nature Conservancy (TNC) adquiriu a dívida externa das Seicheles a um preço com desconto e angariou financiamento adicional de doadores no valor de 5 milhões de dólares de actores privados. O governo das Seicheles reembolsou os empréstimos à SeyCCAT.

Cabo Verde e Portugal acordaram uma troca de dívida por natureza em junho de 2023, desencadeando a conversão de parte da dívida bilateral (12 milhões de euros, representando cerca de 10% do total da dívida bilateral a Portugal) num fundo de resiliência climática, reforçando assim a sustentabilidade da dívida a longo prazo, ao mesmo tempo que liberta recursos adicionais para criar resiliência às alterações climáticas.

VII. Conclusão

Os Estados Insulares Africanos estão a ser afectados de forma desproporcionada pelas alterações climáticas e deparam-se frequentemente com desafios no acesso ao financiamento climático através de subvenções ou empréstimos em condições favoráveis, que são cruciais para eles. Um dos principais problemas é a complexidade dos procedimentos de candidatura e dos critérios de seleção dos fundos multilaterais para o clima (MCF), que não reflectem adequadamente as circunstâncias únicas dos AIS africanos.

As medidas destinadas a melhorar estes processos no âmbito das MCF poderiam ajudar significativamente os AIS a atingir os seus objectivos de adaptação e atenuação. As subvenções são especialmente vitais, uma vez que os AIS já estão a enfrentar uma combinação de espaço fiscal limitado com elevados encargos de dívida. A acumulação de mais dívida para fazer face aos desafios climáticos poderia potencialmente restringir o financiamento disponível para outros objectivos de desenvolvimento.

No entanto, mesmo que o financiamento do MCF estivesse prontamente disponível, não é provável que fosse suficiente para cobrir o défice anual de 700 milhões de dólares que os AIS enfrentam atualmente. Por conseguinte, estão a ser desenvolvidas várias inovações financeiras em alguns AIS para ajudar a colmatar a lacuna. Embora seja demasiado cedo para avaliar os resultados destes novos instrumentos financeiros, eles representam uma área de investimento promissora.





